

M. decidirão, guardadas as proporções e as diferenças, se querem tomar para si o papel da assembleia ateniense, condenando o incorrigível «dialogador» que sou.

Como, de toda a maneira, e felizmente, estou ao abrigo de eventuais consequências judiciais do processo ,seguilo-ei com curiosidade para me documentar sobre a engrenagem das ideologias.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

Jan Evertsenstraat, 8
Amsterdam

OS CAVALEIROS TEUTÓNICOS, AFINAL, AINDA MONTAM A CAVALO...

De entre todas as acusações que me são feitas na desconchavada carta que vem acima, A. J. S. tem meia-razão formal no tocante a duas delas. Com efeito, no texto do meu artigo *O desafio de um marginal* aparecem duas gralhas: na coluna da esquerda da página 11, penúltima linha a contar de baixo onde está *controle* devia estar *contrato*, e na página 13, coluna da esquerda, 14.^a e 15.^a linhas a contar de baixo, onde está *comparticipação* devia estar *compartimentação*. A errata destes enganos tipográficos já viera de resto no número 85 de *O Tempo e o Modo*.

Disse que A. J. S. tinha meia-razão, e só formal, porque se é verdade que houve esses enganos tipográficos quanto à reprodução de duas das suas declarações, as ilações demagógicas e caricatas que A. J. S. tira deles, denunciam a má-fé deliberada do autor de *Maio e a crise da civilização burguesa* em relação ao meu artigo. Gralhas sempre houve e haverá. A questão é corrigi-las, e estas foram-no. Partir de duas palavras enganadas, aliás perfeitamente irrelevantes no contexto da minha crítica, e de que, como é claro, não faço decorrer nenhuma conclusão distorcidas, para me acusar de *falsificador* — é profundamente ridículo. A. J. S., como sonhador incorrigível que é, *sonha* com falsificações ao dobrar de todas as esquinas e reage-lhes com a sua lança de guerreador de moínhos. Deixemo-lo entretido desta vez a lancear heróicamente duas pequenas gralhas e debrucemo-nos sobre as restantes acusações do marginal de Maio.

A meia-razão de A. J. S. começa com as gralhas e acaba com elas. Todas as suas restantes queixas são um emaranhado de inexactidões, de sofismas, de insinuações gratuitas, de afirmações infundamentadas, de piruetas inqualificáveis. Convido o leitor a reler o segundo parágrafo da missiva de A. J. S., colocando *artigo* onde está *livro* (2.^a linha) e imaginando-me a mim como o autor e a A. J. S. como o objecto dessa objurgatória. Assim é que está certo.

Mas, ao contrário de A. J. S., que dá «alguns exemplos» dos meus «crimes», se limita a «indicar só um caso» de acusações retumbantes e gerais, e considera que «é escusado mostrar» que eu fiz trinta por uma linha, *eu vou rebater todas as suas diatribes, uma por uma*. Quanto às *adulterações* não explicadas por A. J. S., não posso deitar-me a adivinhá-las, como A. J. S. costuma fazer.

Na alínea 1) do seu arrazoado acusa-me de dizer que ele diz que existiam sociedades *de comunicação*, quando de facto ele teria dito que o que havia eram *relações comunitárias*. Ora, se é verdade que A. J. S. começou por fazer uma divisão entre *relações*, acaba por, de facto, caracterizar três tipos de sociedades no ensaio de que se trata, e que nos diz agora ser «o mais importante do livro». Esses três tipos de sociedades, historicamente referenciáveis, seriam, segundo a óptica do autor, aquelas em que predominassem as *relações* ou os valores de *comunicação*, ou os de *contrato*, ou os de *dominação*. Quando eu dizia que A. J. S. *dividia as sociedades em...* etc., etc., não o estava a citar (de resto, não havia nesta minha frase nem aspas nem itálicos...) mas a adiantar a minha interpretação sobre os pontos de vista que o livro expendia em determinado campo de análise, nomeadamente acerca dos *fundamentos definidores da natureza das sociedades*, os quais seriam para A. J. S. as ideias (e as práticas) da *comunicação*, do *contrato* e da *dominação*. Isto é que é importante, quer o autor se tenha dado subjectivamente conta disto ou não. Não são quaisquer outros factores, mas sim, segundo A. J. S., os «modelos de *relações entre pessoas*» rotulados como a *comunicação*, o *contrato* e a *dominação*, que caracterizam as sociedades — isto é que *divide*, de acordo com a perspectiva de A. J. S., as sociedades. Foi isso que eu anotei, exprimi, critiquei e mantenho. A. J. S. não o refuta nem deixa de refutar — vem dizer que onde ele pôs *comunitárias* (relações) eu teria posto *comunicação* (sociedades de), e mostra não ter percebido nada do que eu disse. Não percebe ou não quer perceber que eu não o estava a citar, nem o dava a entender, mas a ir mais longe do que ele tinha ido expressamente, a tentar compreender as raízes ideológicas e «teóricas» do seu confuso discurso. *E para isso era preciso, além do mais, deslocar o problema de pretensas relações meramente pessoais para a aferição dos instrumentos teóricos ou pseudo-teóricos que permitiam a A. J. S. dividir as sociedades*. Os fundamentos da análise de A. J. S., as «contradições» das «suas» sociedades, são a *comunicação*, o *contrato*, a *dominação*, e era isto que convinha acentuar. A frase do meu texto que A. J. S. refere, e em que se diz pois que A. J. S. divide as sociedades em de *comunicação*, de *contrato* e de *dominação*, respeita, assim, escrupulosamente, o espírito do que A. J. S. expõe e não pode truncar a sua letra porque não aparece sob a forma de citação.

Teria sido inclusivamente incorrecto da minha parte se tivesse dito que A. J. S. *dividia as sociedades em comunitárias*, etc., sem adiantar mais, já que o sentido em que o autor emprega aqui *comunitário* é francamente insólito, e é, pelo contrário, o *valor* *comunicação* que explica todo o seu conceito sobre este tipo de sociedades, que ele se dedica a descrever e a elogiar. Senão vejamos:

«O aprofundamento da comunicação entre as pessoas exige a superação do egoísmo animal espontâneo, o que só pode conseguir-se através de uma ascese».

«A crítica mais penetrante que se pode fazer à sociedade burguesa (já foi sugerida por Marx, mas tem sido esquecida pela maior parte dos marxistas) é justamente a de que desnatura pela raiz as relações humanas e destrói tendencialmente, a comunicação entre pessoas».

«Se queremos estabelecer no mundo uma sociedade de comunicação entre as pessoas, uma comunidade de irmãos, se queremos pôr termo à alienação do Feitiço, se queremos ser, temos de escolher a convicção de que isso depende de uma afirmação voluntária».

(Todas estas citações são extraídas do ensaio «Relações humanas e socialismo burguês», o tal que é «o mais importante».)

**Saraiva, as
aspas e os
itálicos: o
delírio da
confusão**

Nas alíneas 3) e 4), A. J. S. acusa-me de lhe imputar determinadas declarações que aparecem no meu artigo em itálico. Esta acusação é tão ingenuamente ridícula que tenho dificuldade em atribuí-la apenas à má-fé do autor de *Maio e crise da civilização burguesa* — normalmente, a má-fé escolhe álibis bem mais convincentes. Toda a gente sabe que o tipo itálico sem mais nada, serve para acentuar a importância de determinadas palavras ou frases do texto, para as tornar mais enfáticas e expressivas, para chamar a atenção do leitor para a sua particular relevância no interior do contexto, e de nenhum modo inculca que se esteja a citar outrém! As afirmações citadas aparecem entre aspas e exclusivamente entre aspas: só o que está entre aspas no meu texto é atribuível por mim a A. J. S. e é da correcção dessa atribuição que A. J. S. e os leitores me devem pedir responsabilidades. *Não chega aliás, no T. M. estar entre aspas*, sendo preciso estar entre aspas e em itálico — quer dizer, é indispensável uma citação, para o ser na nossa revista, vir rodeada de aspas, mas não é suficiente. Só aspas ou só itálico são sinais indicadores de determinadas conotações específicas, *que não a de citação*. Só a coexistência desses dois sinais é necessária e suficiente para balizar a citação.

Isto é, de resto, evidente. A única dúvida admissível para quem não estivesse acostumado aos hábitos gráficos do T. M. seria a de julgar, num primeiro momento, que o itálico não fosse imprescindível para caracterizar a citação — mas jamais a dúvida contrária, a de que o itálico *bastava* (!!) para a caracterizar, sendo certo que em todo o género de publicações actuais conhecidas, as aspas e pelo menos elas, são as sinalizadoras universalmente aceites dos trechos citados! Tudo o mais é da minha única autoria, e se bem A. J. S. ou qualquer outra pessoa possam não gostar, não concordar, abominar ou odiar esses escritos, é inadmissível que alguém me tente atribuir a intenção (?) de insinuar que pedaços da minha prosa, como tal apresentada, pertencem *de facto*, a A. J. S. ou a seja quem for.

Os *itálicos* que A. J. S. refere (e poderia ter referido dezenas deles — porque só escolheu três, só desses três desconfiando como sendo citações encapotadas do seu livro?) são particularmente elucidativos de críticas minhas ao discurso saraiviano, o que terá especialmente irritado A. J. S. Numa, sugiro que A. J. S. se deita a adivinhar; com efeito, o que é que este sonhador impenitente faz ao longo das duzentas páginas de *Maio e a crise da civilização burguesa* senão desfiar em torvelinho as suas fantasias, as suas conjecturas, as suas divagações, os seus sonhos, sem jamais se referir a um método de análise científico? E o que é isto senão *deitar-se* a adivinhar? No segundo itálico que A. J. S. transcreve, acentuo a tendência que o autor revela para identificar a condição de burguês a uma atitude voluntária, individual e individualista, fruto de uma *afirmação* pessoal separada das relações de produção e do papel que a pessoa em causa desempenha no interior dessas relações, e, mais geralmente, no interior de toda a dinâmica de classe da sociedade. Finalmente, na terceira citação que A. J. S. seleccionou, tento mostrar o mecanismo subreptício do raciocínio saraiviano que associa grosseiramente os conceitos de assalariado e proletário, e tira daí conclusões delirantes. A. J. S. diz que «*não há absolutamente nada*» no seu livro que se possa resumir pelas frases que eu ponho em itálico. Curioso. Começa por acusar-se de o citar com os itálicos, e depois já admite que sejam *resumos*, embora mal feitos... Quanto a serem-no ou não, não vou voltar aqui a explicar citações sobre citações de A. J. S. e explicá-las de novo — não vou, em suma, *escrever outro artigo* sobre o marginal de Maio. Remeto para *O desafio de um marginal*, e, claro, para *Maio e a crise da civilização burguesa*, onde os vícios que os itálicos apontam se manifestam clara e abundantemente. A. J. S. não contesta o fundo das minhas críticas, mas visivelmente irritado com elas — note-se que, significativamente os três itálicos escolhidos por A. J. S. dizem respeito às três críticas talvez mais importantes contidas no meu artigo — insinua desageitadamente que eu quis convencer os leitores que as *minhas críticas* eram da sua, A. J. S., autoria!!! Peço encarecidamente a A. J. S. que desista de lançar a confusão quanto à paternidade de afirmações que vêm assinadas com o meu nome, a qual, salvo prova em contrário, me tem pertencido e continuará a pertencer totalmente — e se quiser pôr em causa o *fundo* dessas afirmações, não mascare a sua (natural) discordância dos meus pontos de vista, com incríveis acusações formais que a mais leve análise desmonta. Para seu bem, exclusivamente.

Na alínea 5) A. J. S. sustenta que, ao contrário do que eu teria afirmado, ele não é assim tão oposto aos *voyoux* como isso, e até transcreve uma inscrição mural em que os mesmos *voyoux* são bem vistos. A questão que eu ponho com a frase com que A. J. S. me cita, é completamente escamoteada pelo mesmo A. J. S. na sua carta. Ao longo de todo o diário de João Cândido, o autor manifesta uma posição clara de *ordeiro consciente e respeitável* em face dos *extremistas*, dos *violentos*, em suma, dos *voyoux*. Assim, perante uma barricada a arder, em plena luta de ruas, A. J. S. discreta: «*Fecha-se a janela precipitadamente e há uma discussão. Eu vejo nisto* [a atitude dos manifestantes, SLR] *uma*

imposição de força e não percebo como é possível expor dois prédios e duas livrarias a um risco de incêndio. Sinto que, em tal situação, são os menos escrupulosos e os mais violentos que impõem a lei aos outros (...). Sinto-me à beira de um regime de terror, eu que sou um marginal impeniente). A. J. S. dos amotinados só aprecia o folclorismo e a «imaginação» — as formas de actuação mais coerentemente políticas, essas despreza-as ou ignora-as, situando as «suas», de A. J. S., revoluções em âmbitos muito mais amenos e alegres. O facto de algures se ter citado, *sem o mais ligeiro comentário*, uma inscrição mural relativamente correcta mas insuficiente, e equívoca, acerca dos *voyoux*, não inverte o sentido do todo o livro, nem sequer o põe em causa. Aliás, o problema essencial, relativamente à inscrição transcrita, seria o de apurar o que seja *contestar radicalmente uma sociedade*, precisamente um ponto em que o opinião de A. J. S. mostra ser, ao longo de todo o livro, diferente da minha, e portanto serem os *voyoux* para A. J. S. outra coisa que os *voyoux* do meu artigo. Nada disto A. J. S. discutiu ou rebateu: limitou-se, sem ir ao fundo da questão, a lembrar que ele também tinha, por interposta inscrição mural, falado dos *voyoux*, e pronto. Daqui concluindo que eu não fora verdadeiro na minha crítica quanto à sua forma de abordar (ou não abordar) a contestação violenta e concreta, e os seus promotores em Maio de 68! O malabarismo é de uma pobreza franciscana.

cavaleiros-pólicas de negro vestidos

Na alínea 6) da sua carta, A. J. S. defende-se da acusação que lhe lancei de não haver soprado uma palavra acerca das «actividades» da polícia francesa nos acontecimentos de Maio, observando que até a havia comparado aos cavaleiros teutónicos, vestidos de negro!!! Isto é espantoso! Quando eu o acuso de não saber diferenciar a violência revolucionária da violência contra-revolucionária, e de, final, atacar mesmo exclusivamente os *excessos* dos manifestantes —, quando eu o acuso disto, A. J. S. responde-me que, algures, em duas passagens do seu livro, compara a polícia a uns cavaleiros teutónicos quaisquer, que, para quem viu certo filme de Eisenstein devem ser o símbolo do ferrabraz incorrigível... Era preciso ver isto escrito para acreditar!

Ora bem, é verdade que a págs. 64 e se diz: «*É injusta esta espécie de máquina humana, a centopeia negra, de milhares de botas, inumanamente mascarada como os cavaleiros teutónicos, que avança rítmicamente, mecânicamente*». Esta equívoca imagem não específica, no entanto, a que organização instituição, força ou grupo diz respeito, e a sua inserção sistemática, logo a seguir ao julgamento de que «*é absurdo, portanto, acusar o dito conjunto [burguês, S. L. R.] e a sua polícia de agir pela força*», pois quando se escolhe a violência, aceita-se a violência, inculca muito mais um repúdio da *ditadura das maiores* ou dos *violentos* do que da polícia.

Por sua vez, a págs. 69, a certo passo da descrição de uma manifestação, A. J. S. diz apenas isto: «*Mas ao fim da Rua de Lyon aparece a muralha dos CRS, os cavaleiros teutónicos vestidos de negro*». Apenas. A. J. S. sustenta agora que quem viu *Alexandre Nevski* sabe que os cavaleiros teutónicos são a evocação de coisas terríveis. O argumento é penosamente infeliz: *Alexandre Nevski* não é (infelizmente, é verdade) um ponto de referência evidente — que eu saiba nunca foi exibido em Portugal em circuito comercial. E ainda que o fosse, a falta de menção expressa da obra de Eisenstein no livro, esvasia completamente aquela evocação de qualquer significado político ou sequer minimamente crítico. Mas deixemo-nos de tentar descobrir intenções reconditas nas imagens surrealistas de A. J. S., deixemo-nos, numa palavra, de «*adivinhações*». Se o autor quisesse referir-se à polícia, francesa ou não, ele que escrevia no meio das convulsões do Maio das barricadas, tê-lo-ia certamente feito com clareza, e não seria necessário estarmos agora a debruçar minuciosamente sobre duas frases suas tortuosas e equívocas e o seu verdadeiro e escondido significado. O fundo do problema é mais uma vez ignorado por A. J. S., que nos quer agora convencer que não percebeu que eu o criticava pela inexistência de um *tratamento político* da questão, e não por causa da cor das fardas ou da montada dos agentes...

Na alínea 7) da sua missiva, A. J. S. afirma que os meus resumos são falsos e tendenciosos. Prudentemente, cita um só caso para ilustrar mais esta acusação grave e generalizada, e mais uma vez nada consegue provar. A «*nobre e pura raiva*» de A. J. S. não está, ao contrário do que ele diz crer, em oposição com a situação «*demasiado instalada*» de um autor que se sente «*contraditório consigo mesmo*», oposição com que ele pretende refutar a minha apreciação. Precisamente, as contradições que A. J. S. não chega a perceber e muito menos dominar, determinam a sua atitude quixotesca e desnorteada em face de uma «*violência em que não participa*», como aliás não participa em nada, salvo nos seus sonhos marfiscos. A. J. S. é o individualista, o marginal, o pensador encartado que olha de cima as violências que se passam em baixo e sorri com superioridade e desdém. É o ser puro e aristocrático que não compreende (nem pode compreender) as convulsões sociais que se ferem no universo que o rodeia fisicamente, e se enraívece quando os estilhaços dessas convulsões sujam a sua impecável compostura de intelectual «*progressista*». Como poderão, aliás, ser as raivas de um marginal confesso, de um sonhador «*com as retiradas sempre seguras*» senão *puras* e *nobres*, quer dizer, impotentes, hipócritas, postíças? Mais uma vez, A. J. S. não soube e não pôde ir ao fundo da questão, que era neste caso a da compreensão das reacções individuais perante o desencadeamento de crises e lutas sociais muito intensas, e a conotação dessas reacções através de uma análise classista rigorosa — e ficou-se por mais uma acusação gratuita de tendenciosismo e falsidade que não explicita.

as questões sem fundamento e os fundamentos da questão

Eis-nos finalmente chegados ao fim da longa refutação da longa e desvairada lista de *deturpações* que A. J. S. me aponta. Como se viu, A. J. S. não tem a mais pequena ponta de razão, o que torna ainda mais grave o tom difamatório da sua carta. Recuso-me, no entanto, por mera questão de princípio, a enveredar pela fraseologia grosseira e diatribesca com que o autor de *Maio e a crise da*

civilização burguesa me mimoseia — seria o maior favor que poderia fazer à terrível indignação dos seus argumentos. O que interessa é compreender politicamente porque é que A. J. S. me respondeu, e principalmente porque respondeu assim. O resto, (os sofismas, os atropelos, as insinuações, as má-criações de A. J. S.) é em parte atribuível às idiosincrasias de sonhador deste marginal impenitente, e em outra parte absorvido pela própria explicação política da sua resposta. Esta é que importa, esta é que é esclarecedora.

E o que politicamente resulta da carta de A. J. S. é, como fui acentuando à medida que passava em revista as acusações sarauvianas, que A. J. S. jamais aborda o fundo das críticas que lhe faço.

Evidentemente, estava em princípio no seu direito, no seu pleníssimo direito — mas estava-o menos na medida em que me respondia e me acusava (falsamente, não é demais repisar) de aduleções e falsidades sem número. Precisamente: A. J. S. atafulha a sua carta de acusações formais, de interpretações sibilinas e maquiavélicas, de argumentações falaciosas e arveçadas, *para mistificar a ausência de resposta política*. Escuda-se em sucessivas guerras do alecrim e da manjerona de esta palavra queria dizer isto e não aquilo, eu na página não sei quantos também já tinha dito isso, aquele resumo não é bem o que, etc. etc., de um ridículo e uma inconsistência espantosos se vistas uma a uma, mas de significação política clara se observadas no conjunto.

Esta significação assenta na pertinência e correcção (políticas) do meu artigo — que corroeram objectivamente *Maio e a crise da civilização burguesa*, se é que era preciso alguma crítica *escrita e formal* para corroer aquele amontoado de considerações enfatuadamente reaccionárias. (Eu achei que era, e A. J. S. vem dar-me razão). Atingido, A. J. S. não podia deixar de responder, e fê-lo. Mas não querendo (podê-lo-ia?) atacar o fundo da questão, os fundamentos da minha crítica, tenta esconder esta lacuna *fundamental* com uma deliberada linguagem de quebra-bilhas. Desmontada esta e as suas fraquezas congénitas, reveja-se aquilo a que A. J. S. não respondeu, nem era de esperar que o pudesse fazer.

Acusei A. J. S. de irracionalismo, incompreensão da realidade histórica e até de gaffes surpreendentes no domínio dos factos históricos — e illustrei as minhas afirmações com frequentes e por vezes extensas citações de A. J. S. E A. J. S. nada respondeu a isto. Esta a questão fundamental, este o trigo, sendo o joio as gratuitas invenções de A. J. S. quanto às minhas pretensões «falsificações». Acusei A. J. S. de só a si se representar, só aos seus sonhos e divagações rigorosamente subjectivos, sendo impossível detectar ao longo do livro um esquema minimamente racional, um método minimamente científico de referência. E A. J. S. nada respondeu a isto. Acusei-o de inexactidões elementares no respeitante a certos eventos históricos, que maneja com particular leviandade para justificar as suas teses, e illustrei a minha afirmação com citações. E A. J. S. nada respondeu a isto. Acusei A. J. S. de não compreender a localização da contradição fundamental e o papel do Capital nessa contradição, o que o conduziu às mais delirantes construções acerca do assariado, esse «proletário» que todos somos, na perspectiva errônea de A. J. S. E A. J. S. nada respondeu a isto. Acusei A. J. S. de desprezar pura e simplesmente, na sua análise, o estudo das estruturas económicas e sociais, as relações de classe, as organizações e os enquadramentos políticos. E A. J. S. nada respondeu a isto. Acusei A. J. S. de ter levado a cabo uma deliberada crítica do marxismo, em três etapas, apoiada unicamente em afirmações gratuitas e em construções sem sentido, e exemplifiquei largamente com a prosa de A. J. S. E A. J. S. nada respondeu a isto. Acusei A. J. S. de haver escrito e defendido concepções perfeitamente rebarbativas acerca da luta de classes, dos factores materiais na evolução histórica, do futuro das ideologias, do progresso, das civilizações urbanas e camponesas E A. J. S. nada respondeu a isto.

Repito: A. J. S. estava *em princípio* autorizado a não responder ao quer que fosse, a ignorar a minha crítica radicalmente. Aqui remeto para a resposta que dei a Emídio Santana no C. S. F. F. do último número de «O Tempo e o Modo», também a propósito de A. J. S., na qual tentei explicar quais os limites do diálogo em termos políticos (de classe) e os perigos que o pseudo-diálogo encerra — nomeadamente a confusão e o equívoco. A. J. S. estava no seu direito de não querer dialogar comigo, e até seria bastante natural que o não quisesse. Mas *respondeu*, e imediatamente a sua refutação assumiu todas as lacunas, todas as omissões que objectivamente contém. *Respondeu* apenas para invecivar mal-criadamente falsificações que não existiam, truncagens que não haviam sido feitas, escamoteações só existentes no seu delírio de marginal — e não rebateu uma só das críticas de fundo que o meu artigo levantara. Uma única. Ao (não) fazê-lo, assumiu definitivamente as responsabilidades respectivas, que já não pode enjeitar. Ele lá sabe porquê. Nós também sabemos.

Para finalizar, voltemos ao princípio da carta de A. J. S., onde ele diz que solicita a sua publicação «no uso do direito de resposta». Ora bem: como A. J. S. sabe, só teria esse direito se tivesse sido caluniado ou injuriado, ou havendo-lhe sido imputadas acções ou declarações por forma indevida. O que vimos não ser o caso, à parte as duas palavras gralhadas, de resto já rectificadas. A não ser que A. J. S. considere uma injúria ter sido acusado de formular análises adialécticas e acientíficas, o que aliás não lhe ficava nada mal... Mas nesse caso o problema é seu e não nosso. A. J. S. ainda está a tempo de aprender.